

# Artigos

---

*Mariça Ribas d'Ávila de Almeida*

---

*Carlos Rios*  
*Marcela Valls*

# Características do processo decisório sobre o ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil\*

**Mariza Ribas d'Ávila de Almeida**

*Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é Assistente Social da Marinha do Brasil.*

## RESUMO

Este trabalho apresenta as características do processo de decisão que levou à aprovação do ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil em 1980, relacionando o fato enquanto um elemento construído e construtor no processo de rearranjo institucional no período histórico da abertura política. Inicialmente admitida para completar os quadros de pessoal afeto às atividades de saúde e administrativas, a mulher militar constituiu-se num importante elemento integrador entre os militares e a sociedade, humanizando e conferindo suavidade à, até então, estremecida imagem da instituição. Fato que contribuiu para intensificar a legitimação de signos tradicionalmente atribuídos ao papel feminino em nossa sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marinha, mulher militar, processo decisório

## ABSTRACT

This work aims to characterize the decision process responsible for the access of military woman to Brazilian navy in 1980. That event was articulated to a process of institutional reorganization occurred in the historic period of redemocratization in Brazil. Initially accepted for occupations on healthy and administration activities, the military woman became an important factor of integration between the militaries and the society, bringing suavity to a institutional consumed image. Therefore, that decision contributed to legitimacy of the signs traditionally belonging to a female role in our society.

**KEYWORDS:** Navy, military woman, decision process

Das que vieram e das que virão.  
Enfim, elas continuam chegando  
e mostram toda a força que precisam ter  
e toda a suavidade que podem demonstrar.  
Chegam e ocupam, como espuma,  
todos os espaços possíveis  
e empurram, com delicadeza,  
todos os percalços visíveis.

**Versos do poema de autoria da  
CT (AA) Aidê (FAÉ, 2005, p. 308)**

\* Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado em Política Social defendida em setembro de 2008 junto à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

## INTRODUÇÃO

Em 1980, a Marinha do Brasil (MB) foi a primeira, entre as Forças Armadas<sup>1</sup> do País, a admitir o ingresso das mulheres militares, embora alguns países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) já apresentassem mulheres militares integradas ao seu efetivo desde pelo menos 1946 (Dinamarca) e 1951 (França e Canadá)<sup>2</sup>. Passaram-se vinte e sete anos desde a assinatura da Lei nº 6.807 de 7/7/80 pelo então Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, fato que nos fez refletir sobre as contingências e determinantes históricos que antecederam à assinatura desta lei.

Tal processo decisório ocorreu num contexto histórico de transição democrática do País, após décadas de domínio militar no cenário político nacional. O processo de redemocratização veio acompanhado da vocalização e fortalecimento de novos atores da sociedade civil – incluído o movimento feminista –, bem como de uma crise hegemônica americana e energética mundial que deixou marcas recessivas na economia do nosso País. Neste cenário, notabilizaram-se vários marcos importantes para o avanço da negociação de algumas propostas feministas, entre eles: inclusão de estudos sobre a mulher na pauta da sociedade brasileira para o progresso da Ciência (1972); realização de seminário sobre a condição feminina na Fundação Carlos Chagas (1974); Ano Internacional da Mulher (1975) e aprovação em Assembleia Geral da ONU da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979). Foi neste contexto permeado por mudanças e exigências da conjuntura nacional e internacional, pelos expressivos eventos que deram visibilidade às propostas feministas e pela necessidade de pessoal da própria Marinha por especialidades majoritariamente femininas, que foi autorizado o ingresso das mulheres na carreira militar naval.

A importância das investigações sobre as políticas de inserção da mulher no universo organizacional das corporações reside na contribuição articulada a três eixos principais: a) ampliação dos conhecimentos das ciências sociais, na medida em que colabora com os estudos de gênero, enfocando a trajetória destas relações em instituições marcadamente masculinas; b) conhecimento dado à própria instituição a partir do aprofundamento das questões relevantes que perpassam o cotidiano da inserção da mulher militar, podendo contribuir para o planejamento e gestão de políticas de proteção social; e c) estabelecimento de possíveis redes de conexão envolvendo a singularidade do processo de construção das relações de gênero no Brasil.

Este artigo inicia com a contextualização do período de redemocratização da sociedade brasileira e a respectiva gestão dos determinantes que influenciaram o processo decisório de ingresso da mulher militar na Marinha, buscando articulá-lo ao ideário feminista e à feminização de profissões como a enfermagem. Procurou-se enfatizar de que modo as características tradicionalmente atribuídas à figura das mulheres contribuíram para flexibilizar a imagem da instituição perante a sociedade, colaborando para a construção de seu novo papel institucional a partir do estreitamento de relações com a sociedade civil.

Enfocamos as características do contexto político-institucional que desenhou um quadro favorável à presença da mulher na Marinha, a fim de compreendermos a extensão dos elementos que levaram a tal decisão, bem como seus desdobramentos nos contornos iniciais da inserção desta mão de obra. Faz-se necessário caracterizar alguns elementos inerentes a tal processo decisório, como sua dimensão histórica, condições de emergência da demanda, mecanismos de inclusão desta na agenda estatal, dinâmica do seu desenvolvimento, contradições e tendências, desdobramen-

tos políticos institucionais e atores envolvidos (FLEURY, 1994).

## O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO PROCESSO DECISÓRIO SOBRE A ADMISSÃO DA MULHER MILITAR

Alfred Stepan (1988) analisa o período da abertura política engendrado pelos militares de forma inicial a partir de 1974 e intensificado durante o governo do General Figueiredo (1979-1985). Este considera como motivação mais crítica para a abertura do regime militar as contradições do próprio aparelho estatal, onde a organização de inteligência militar, contrária à abertura política (que significava uma ameaça à sua posição privilegiada no processo de intermediação do poder), fragmentava os militares enquanto governo e enquanto instituição. Em concordância, o Almirante Maximiano da Fonseca (Ministro da Marinha no Governo do General Figueiredo) afirmava que: “tendo assumido a responsabilidade do poder, as Forças Armadas se mantiveram à frente do mesmo, lamentavelmente por um período de 21 anos, esquecendo-se [...] que o Poder desgasta e corrompe” (FONSECA, 1999, p. 392). Em outras palavras, os militares haviam perdido o controle político sobre eles mesmos no jogo regulamentado do poder.

Skidmore (1988) avalia que os militares tinham como preocupações imediatas o desgaste de seu prestígio público e de sua unidade interna. Havia uma opinião majoritária entre os militares, vocalizada pelo Ministro do Exército à época, General Walter Pires, de que estes deveriam concentrar-se no seu fortalecimento como instituição, ou seja, precisavam “voltar aos quartéis”, atentos à política (pois deixar a direção política do País não significa deixar o cenário político), mas voltados para sua reorganização e reequipamento.

As medidas tomadas para condução do processo de transição democrática favoreceram a vocalização de demandas de novos

grupos de interesse no cenário político, articulando-se também um forte elo entre dois dos principais grupos de interesse emergentes no final dos anos 70, o novo sindicalismo e o clero católico<sup>3</sup>. O movimento feminista encontrava-se no que se convencionou chamar de sua segunda fase, ao passo que os movimentos de mulheres continuaram a sua atuação diferenciada de lutas. No próprio movimento pela Anistia, fundado pelas feministas, ocorreu uma articulação ao movimento de mulheres, além de a outros segmentos da sociedade (PINTO, 2003).

Destacaram-se dois outros importantes atores políticos: a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil (STEPAN, 1986). Em 1979, foram aprovadas as leis da Anistia e da Reforma Partidária, extinguindo os antigos partidos MDB e ARENA e reagrupando-os no PDS (governo), PTB, PDT, PP e PMDB (oposição). Em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores e em 1982 realizaram-se eleições gerais para vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores. A emergência destas novas demandas ocorreu devido a uma nova correlação de forças presentes na sociedade, com capacidade de inserção destes novos sujeitos sociais no debate político. Como diz Stepan (1986), a abertura política foi um processo dialético tanto de concessão por parte do regime quanto de conquista por parte da sociedade<sup>4</sup> (capacidade de criação de uma base social de sustentação de suas demandas).

Outra dimensão, não menos importante neste contexto, foi a profunda recessão econômica que o País atravessava, conforme retratam alguns dos seguintes indicadores: crises mundiais do petróleo em 1974 e 1979, recessão mundial e consequente redução das exportações brasileiras, queda de 5% do PIB (1983), queda da atividade industrial em 7,9%, queda de 7,3% da renda per capita, de 1978 a 1983 queda de 15% da taxa de empregos do RJ e SP e aceleração da inflação para 211% em 1983. A crise energética de 74 e 79 afetou sobretudo os Estados

<sup>1</sup> A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi a Força Auxiliar pioneira, que desde 1959 admitiu mulheres civis na Polícia, incorporando-as aos regulamentos militares a partir de 1970. Foram inclusive algumas destas mulheres militares que integraram as equipes responsáveis pela formação da primeira turma de mulheres militares da Marinha.

<sup>2</sup> Dados obtidos no Anexo II do artigo de Maria Celina D'Áraujo (2003).

<sup>3</sup> Também neste período começam a existir, ainda de forma pouco visível, entidades dedicadas sobretudo à educação popular, as atuais Organizações Não Governamentais (ONG).

<sup>4</sup> Em complemento, Lindblom (1980) enfatiza que as autoridades governamentais só concedem a participação no processo decisório político de líderes de grupos de interesse que, pelas regras do jogo, devem ser levados em consideração num dado momento histórico.

Unidos, inscrita num momento histórico de acontecimentos de acirramento da Guerra Fria, como por exemplo: derrota deste país na Guerra do Vietnã, guerras civis de Angola e Moçambique, fracassos diplomáticos no Laos, Camboja, África, América Central, Oriente Médio, Irã, etc.

Tal acirramento, embora tenha suscitado, como um esforço para preservação da liderança mundial, massivos investimentos em tecnologia militar, culminou na “crise de hegemonia” americana evidenciando a relação conflituosa entre democracia e capitalismo. Neste panorama de tensões, países como EUA, Alemanha, Bélgica, França e Noruega também reformularam suas políticas de recrutamento militar em busca de uma maior profissionalização do seu efetivo, passando a admitir em caráter de voluntariado mulheres no serviço militar. Foi um período marcado por um aprofundamento do questionamento de todo um sistema político e econômico ameaçado, evidenciando-se a desaceleração dos gastos com os programas sociais americanos e a respectiva crise do Estado de Bem Estar Social (FIORI, 2004; FLEURY, 1994).

Neste mesmo período, em 1975, as Forças Armadas brasileiras elaboraram um projeto de lei para abertura da carreira militar às mulheres, tendo sido vetado pela Presidência da República. Em 1979, ao defender projeto de lei de sua autoria, propondo o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior, o Senador Orestes Quércia julgava ser este acesso mais “justo” em comparação ao acesso via serviço militar obrigatório proposto por estudos em andamento nas Forças Armadas<sup>5</sup>. O senador justificou a inconveniência do serviço obrigatório para as mulheres, “dado à nossa condição, àquilo que somos hoje como Nação”, que podemos interpretar como uma ausência de amadurecimento e de políticas de proteção da nossa sociedade para aceitar a obrigatoriedade do serviço militar para mulheres, embora como ele mesmo cite, em “países mais avançados” isso já ocorresse.

A importância do projeto, coadunando-se com o movimento mundial de profissionalização das Forças Armadas, bem como com os desdobramentos da efervescência dos movimentos feministas, foi atribuída pelo senador a uma tentativa de “contribuir no sentido de resguardar um direito que julgamos seja legítimo das mulheres brasileiras, e, ao mesmo tempo – quem sabe –, contribuir, através da participação das mulheres, para o aperfeiçoamento das academias militares e das Forças Armadas do nosso País”. Entretanto, mais uma vez este projeto seria rejeitado até finalmente a aprovação da lei de criação do Quadro Feminino nos moldes julgados adequados pela Marinha.

### A MULHER MILITAR E O NOVO PAPEL INSTITUCIONAL DA MARINHA

A instituição militar caracteriza-se como instituição política dada a influência objetiva e subjetiva das suas normas burocráticas e racionais no processo de socialização dos seus membros. Stepan (1975) considera que não se deve fazer deduções políticas baseadas num tipo ideal de instituição militar, como, por exemplo, organização altamente unificada com códigos e valores particulares e isolada das pressões políticas em geral. Mas afirma que, através de uma série de interações políticas (jogo do poder), o subsistema militar é também uma instituição política (o Estado impõe suas regras). E como tal, assim como os partidos políticos e os grupos de interesse, usualmente desempenha uma série de funções políticas: articulação de reivindicações específicas, regulação das relações entre grupos e formulação e implementação de políticas.

Em seu relatório *Cinco anos na pasta da Marinha* (s/d), o Alte. Maximiano da Fonseca discorre sobre vários feitos da administração de sua gestão, citando de forma breve o pioneirismo da criação em 7/7/1980, por meio da Lei nº 6.870, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Menciona a ideia como uma demanda antiga, existente desde a época da gestão do Vice-Almirante

Renato Guillobel à frente do Ministério da Marinha (1951 a 1954). Atribui a retomada desta demanda à agenda da Marinha, à proposta inicial encaminhada em 1979 pelo Estado-Maior da Armada (EMA), órgão de assessoria superior do Ministério, na pessoa de seu então Chefe, o Almirante de Esquadra Carlos Auto de Andrade. Nesta oportunidade foram expostas as vantagens da admissão da mulher militar, destacando particularmente o fato de ser uma solução para o problema de falta de pessoal nas áreas administrativas e de saúde.

No entanto, até onde pudemos pesquisar, esta proposta ficou em espera no Gabinete do Ministro da Marinha até que uma demanda extra Marinha transformasse o que era apenas uma possibilidade em uma legislação que lhe desse o *status* de realidade. A demanda externa que acelerou tal processo decisório, foi o citado Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 24/10/79, de autoria do senador Orestes Quércia. O projeto, invocando o § 1º do art. 153 da constituição vigente (CF 67)<sup>6</sup>, dispunha sobre o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior (Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras, Academia da Força Aérea, entre outros institutos militares).

Após o parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (nº 20, de 28/11/79), julgando o projeto inconstitucional por tratar-se de matéria de competência privativa do Presidente da República, o mesmo foi rejeitado em plenária do dia 26/5/80. Entretanto, gerou uma solicitação de parecer sobre o assunto do Ministro da Marinha ao diretor-geral do pessoal da Marinha (mensagem R-291636Z de 29/11/79). Em 31/12/79 foi expedido o Ofício nº 0760 ao Ministro da Marinha julgando o projeto “inconveniente, inoportuno e inaceitável” sob várias alegações, buscando articular uma suposta incompatibilidade de algumas características da profissão militar a uma interpretação socialmente construída das diferenças da “constituição biotípica do sexo feminino”

e à priorização da função social feminina. Foram utilizados argumentos tais como a necessidade de disponibilidade “contínua e inteiramente devotada às finalidades precípuas das Forças Armadas”, as “condições árduas e adversas da vida do mar” e a exigência de esforços físicos “incompatíveis com a constituição da mulher”. Por outro lado, o documento cita a existência de estudos para a criação do Corpo Auxiliar Feminino – como vimos desde pelo menos julho/79 –, como de “maior valia” do que o projeto em pauta, pois “visa à colocação da mulher em serviços auxiliares, compatíveis com a constituição biotípica do sexo feminino”.

Tais argumentos são merecedores de uma análise norteada pelo pensamento de Laqueur (2001) sobre a invenção do sexo e da “estética da diferença anatômica” em algum momento do século XVIII. A ênfase na distinção entre homens e mulheres representa uma cilada ao pretender legitimar, com explicações biológicas e naturais culturalmente forjadas, comportamentos inscritos no âmbito sócio-cultural. Para o autor, o interesse em tal distinção surgiu historicamente quando estas diferenças se tornaram politicamente importantes, representadas pela clivagem da política de poder do gênero, sendo invocadas a cada episódio envolvendo lutas pelo poder. Desde então, este tem sido o eixo analítico privilegiado na construção cultural da cilada da diferença sexual, o qual vem informando e justificando o lugar das mulheres na sociedade segundo as características pretensamente biológicas do seu corpo. Deste modo, às mulheres militares foi negado o lugar e a formação em funções de combate a despeito de suas competências e desejos, justificando-se o seu lugar em funções auxiliares sob o enfoque analítico da construção cultural da diferença sexual e da interpretação biológica socialmente construída do seu corpo.

Uma vez sepultada a “inaceitável” proposta de ingresso das mulheres nas escolas militares de nível superior (o que ensejaria sua alocação em funções operativas de

<sup>5</sup> Cf. discurso do Senador Orestes Quércia em plenária do dia 24/10/79, fazendo referência à matéria publicada em jornal de SP não identificado. As demais citações aludidas ao senador foram extraídas também deste discurso.

<sup>6</sup> O seu parágrafo 1º previa “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”, embora tal suposta igualdade já existisse desde a CF de 1891, de inspiração oriunda da Revolução Francesa.

combate), a Marinha deu continuidade aos estudos para criação do Quadro Auxiliar Feminino e consequente alocação da mão de obra feminina no espaço reservado das funções auxiliares<sup>7</sup>.

Assim, em 28/4/80, a proposta do EMA deixa seu *status* de espera para se tornar a Exposição de Motivos nº 037/80 do Ministro da Marinha ao Presidente Gen. Figueiredo, tratando da apreciação de minuta do Anteprojeto de Lei de criação do Quadro Auxiliar Feminino (que viria a ser o Projeto de Lei nº 10/80)<sup>8</sup>. Dois principais motivos são expostos para fundamentar tal criação: substituição dos especialistas – homens oficiais e praças – que vinham exercendo funções em terra devido ao seu deslocamento para o setor operativo e “grande conveniência” do ato devido à sua “abrangência social”, contribuindo para o alcance pelas mulheres da invocada igualdade assegurada pela Constituição Federal (art. 153, da CF/67), já mencionada no projeto rejeitado do Senador Orestes Quércia. Finalizando, o então ministro solicita que a tramitação da proposta seja aprovada em tempo hábil para suprir “necessidades prementes” de pessoal na área de saúde devido à inauguração do complexo do Centro Médico Naval do Rio de Janeiro (incluído o Hospital Naval Marcílio Dias).

Considerando-se o retorno dos militares para os quartéis no período de abertura política e um enfoque mais profissional de reequipamento e reorganização da instituição, as mulheres militares surgiram como o recurso que possibilitou a liberação dos homens militares de funções burocráticas em terra. Esta realocação visava a melhor aproveitá-los em funções operativas nos

meios navais, reproduzindo assim uma divisão sexual do trabalho interna ao mercado militar, baseada nas características tradicionalmente atribuídas ao papel social de homens e mulheres. Ratifica-se assim um aspecto histórico, abordado por Lagrave (1991), sobre os condicionantes da inserção profissional feminina em ocupações de domínio masculino, efetivando-se quando os homens iniciam um movimento de abandono silencioso de tais ocupações.

Desta forma, aliando-se a necessidade militar de pessoal ao amadurecimento de um ideário favorável por parte da nossa sociedade, representado pelo contido no projeto do Senado desde pelo menos 1979, emergiu como a melhor solução a aceitação do trabalho militar feminino<sup>9</sup> pela primeira vez na história das Forças Armadas no Brasil<sup>10</sup>, nos moldes que a instituição julgou como adequados e aceitáveis. Dada a grande preocupação que o Alte. Maximiano (FONSECA, 1999, p. 394) demonstra ao relatar o desgaste da imagem dos militares perante a sociedade civil após anos no poder político<sup>11</sup>, a mulher militar contribuiu também para a modernização e humanização da imagem negativa da instituição perante a sociedade<sup>12</sup>.

Uma das expressões do alcance desta “abrangência social” foi a grande presença de mulheres nos desfiles militares e a maneira vibrante como eram aplaudidas pelo público (ORAZEM, 2000), além de outras expressões presentes nas entrevistas realizadas com homens e mulheres militares para a dissertação de mestrado que originou o presente artigo. Tamanho acolhimento provavelmente não aconteceria à época se não

fosse a presença feminina a emprestar sua vivacidade e distinção à imagem da instituição, corroborando para a reprodução de signos socialmente construídos e naturalizados, tradicionalmente atribuídos ao papel feminino em nossa sociedade – tokenismo. Mais uma vez, Lagrave (1991) com exatidão afirma que as mulheres são chamadas sempre que se precisa flexibilizar padrões de rigidez, garantindo tanto a modificação das estruturas quanto a adaptação à conjuntura.

O conjunto dos fatores abordados indicam que o processo de decisão política sobre o ingresso da mulher militar na Marinha foi por estes beneficiado num momento histórico singular, sustentando a ocorrência de “janelas de oportunidades” e seu respectivo processo de alteração na agenda governamental de decisão (VIANA, 1995).

Tratou-se também de um conjunto de ideias que, ao serem apropriadas, trouxeram novas possibilidades de construções sócio-culturais que ao interagirem entre si (sobrepondo-se ou não) podem gerar resultados nem sempre previsíveis ou lineares. Mady Segal (1999), de forma didática, agrupa este conjunto de fatores em três variáveis articuladas entre si: a dimensão militar, referente à segurança nacional e às atividades militares necessárias para a sua garantia; a dimensão estrutural, referente aos papéis sociais das mulheres e variáveis sócio-estruturais que incidem sobre as funções femininas (por exemplo, o mercado de trabalho); e a dimensão cultural referente às construções sociais que dão forma às concepções de gênero e família.

Segundo indicam os registros históricos sobre a integração das mulheres nas Forças Armadas mundiais, de um modo geral, tem prevalecido como variável mais relevante as necessidades de pessoal militar (CAIRE, 2001). Notadamente em situações de ameaça à segurança nacional, mesmo que a variável cultural seja favorável à limitação do emprego das mulheres militares, tem

prevalecido a variável militar. Sempre que a mão de obra masculina é insuficiente, as mulheres são chamadas ao serviço militar. Já a variável cultural e a busca da igualdade de gênero tem sido preponderante sobre a continuidade – e tipo de alocação funcional – das mulheres em países cuja ameaça de conflito esteja ausente.

A autora ressalta ainda o caráter de imprevisibilidade dos acontecimentos, principalmente na ausência de conflitos, quando estas duas variáveis entram em choque. Neste caso, as soluções podem variar conforme o uso – político também – das várias gradações para a construção social das funções militares para as mulheres, indo desde a sua utilização como civis fardadas (sem estatuto militar correspondente, sem plano de carreira) até como militares não combatentes, envolvidas em todo tipo de tarefa relacionada ao disparo de armas, exceto o próprio disparo da arma.

Na tentativa de traçar um paralelo entre os fatores que levaram à criação das primeiras escolas de enfermagem no País (1912) e os fatores que levaram ao ingresso das mulheres militares na Marinha, em sua maioria pertencentes ao setor de saúde, podemos citar: o atendimento aos anseios por educação e emancipação das feministas<sup>13</sup> e a necessidade de mão de obra especializada imposta pelo contexto nacional de expansão dos serviços de saúde<sup>14</sup>. Chama a nossa atenção que quase sete décadas mais tarde (1980), o ingresso da mulher militar na Marinha ocorreria por meio de um processo semelhante, orientado para o atendimento de uma grande necessidade de mão de obra de enfermagem que, em sua maioria, era constituída por mulheres.

Para além da leitura tradicional dos aspectos negativos da feminização de algumas profissões, foi exatamente esta feminização que contribuiu para o ingresso das mulheres no ambiente masculino militar. Como diria Marta Lopes (1996), se o enaltecimento

<sup>7</sup> O que acabou convertendo-se em diferença e desvantagem, pois foi criado um Quadro exclusivamente feminino com exigências para promoção e efetivação maiores do que as dos demais Quadros (ARAÚJO, 1987). A situação das exigências de carreira foi paulatinamente corrigida até sua alteração em 1997, unificando o plano de carreira de homens e mulheres admitidos com formação universitária e de nível médio.

<sup>8</sup> Foi designada para ser sua relatora a Senadora Eunice Michiles. Primeira mulher a ocupar uma vaga no Senado, assumiu em 1/6/80 seu mandato - aos 49 anos. Iniciou sua carreira política em 1974 como vereadora em Manaus, posteriormente assumiu o cargo de Secretária do Trabalho e Serviço Social do Amazonas (MICHILES, 1982).

<sup>9</sup> Entre a primeira turma feminina composta por 201 oficiais e 311 praças, 75% foram distribuídas para trabalhar no Hospital Naval Marcílio Dias.

<sup>10</sup> A Aeronáutica criou seu Quadro Feminino em 1982 e o Exército somente em 1990, embora já incorporando as mulheres nos mesmos quadros e sob as mesmas regras existentes para os homens formados no meio civil.

<sup>11</sup> Opinião compartilhada por Stepan (1986, p. 83): “Os militares brasileiros deixaram o poder [...] com muito menos prestígio e legitimidade que em qualquer outro momento histórico.”

<sup>12</sup> A exemplo do que aconteceu também na polícia militar de São Paulo, por ocasião do paulatino ingresso da mulher em 1970, tendo sido regularmente admitidas na década de 80 (MUSUMECI, 2004).

<sup>13</sup> Época conhecida como a segunda vertente da primeira fase do movimento feminista no Brasil.

<sup>14</sup> Expressava-se o sinal de uma época marcada pela construção da nacionalidade brasileira, figurando neste cenário o processo de feminização de profissões como a enfermagem e o serviço social (e professoras primárias), atendendo e fortalecendo às expectativas e necessidades nacionais, e seus respectivos signos socialmente construídos e naturalizados, da compatibilidade da mulher com as supostas qualidades requeridas por tal profissão: baixo desempenho intelectual, princípios morais elevados, tradicional papel de cuidadora e pudor.

de qualidades tidas como femininas foram responsáveis pelo direcionamento das mulheres para a enfermagem, foram as suas qualificações como enfermeiras que as conduziram ao militarismo.

Vários fatores em seu conjunto beneficiaram o processo de decisão política sobre o ingresso da mulher na Marinha, entre eles a humanização e modernização do papel institucional e a necessidade de mão de obra em postos ocupados majoritariamente por mulheres. Contudo, um dos fatores responsáveis foi a propagação de um consolidado ideário feminista por quase todas as instâncias da sociedade e sua capacidade de sustentar tal alteração na agenda governamental, provocando o ingresso feminino numa instituição de domínio exclusivamente masculino.

Os primeiros estudos a abordarem os resultados iniciais da incorporação da mulher às Forças Armadas partiram dos próprios militares alunos das escolas de especialização para oficiais superiores, notadamente a Escola de Guerra Naval (EGN) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Tais estudos indicam que a instituição surpreendeu-se positivamente com os resultados secundários alcançados após o ingresso feminino. Podemos constatar tal fato diante da maneira festiva como vários autores se referem aos primeiros resultados alcançados após o ingresso da mulher:

é perfeitamente válida a existência do Corpo Feminino, dado os relevantes serviços que estão sendo prestados e os benefícios trazidos para a nossa Força. [...] pela imagem positiva da Marinha junto à população e pela medida arrojada de valorização da mulher brasileira (MARQUES JÚNIOR, 1982, p. 24-25); e

[...] a solução para o suprimento de recursos humanos necessários [...] possibilitando a substituição gradativa de oficiais e praças em funções de terra, [...]. Os resultados

obtidos [...] excederam as expectativas mais otimistas. O excelente desempenho profissional, o espírito de corpo e a obediência aos preceitos militares são marcas características das suas componentes (ARAÚJO, 1987, p. 11-12).

A nova imagem institucional influenciou diretamente, no período pós-transição, o estreitamento dos laços entre civis e militares. A mulher militar constituiu-se numa importante aliada frente às futuras transformações societárias e sua articulação com o mundo interno dos quartéis, cuja relação está potencialmente vinculada às mudanças institucionais. Já no final dos anos 80 estas mudanças começaram a apontar para a direção da subordinação das Forças Armadas ao poder civil (Ministério da Defesa), para a impropriedade do uso destas como recurso político e para a centralidade da questão da Defesa Nacional como sua missão (BRIGAGÃO, 2004). O que culminou no desenho de um perfil institucional que, tendo passado pela formulação da Política de Defesa Nacional (1996) e pela criação do Ministério da Defesa (1999), atualmente apresenta uma atuação voltada para o exercício do poder militar em conformidade com as prerrogativas constitucionais de defesa da ordem interna e externa (NIEMEYER, 2006).

Situações análogas quanto ao contexto subjacente ao ingresso feminino têm se repetido em várias Forças Armadas<sup>15</sup>. A título de exemplo, podemos citar o estudo de Helena Carreiras (1999), no qual analisa a decisão sobre o ingresso das mulheres militares em Portugal em 1992, relacionando-a a um contexto em que o serviço militar havia deixado de ser obrigatório, ensejando a necessidade de formar uma força militar profissionalizada baseada no voluntariado. Assim, neste processo decisório estava em jogo principalmente a construção de uma imagem moderna e profissionalizada para as Forças Armadas, não somente do ponto de vista material e técnico, mas também simbólico, similar ao ocorrido no nosso País.

## CONCLUSÕES

A caracterização do processo decisório, que culminou no ingresso da mulher militar na Marinha, e os motivos que ensejaram a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha foram reflexões necessárias para a análise do impacto deste processo no ambiente interno da organização pautado na primazia do masculino, a qual se propôs a dissertação supramencionada. Ao refletirmos sobre estes aspectos, acreditamos ter contribuído para o entendimento da concepção subjacente à construção inicial do espaço reservado à mulher militar e seus contornos demarcados por hierarquias de gênero.

Importa lembrarmos que ao longo dos anos, a Marinha tem buscado adaptar suas normas às necessidades trazidas pelo ingresso da mulher militar, tais como a conduta dos casais militares em eventos sociais, movimentações para acompanhar cônjuge e licenças gestante e maternidade. Tais ajustes institucionais indicam também

um esforço de adaptação por parte desta no sentido de aumentar a integração feminina, o que expressa o interesse da Marinha no emprego deste tipo de mão de obra e a importância das deliberações organizacionais para a definição do espaço feminino na instituição. O ingresso feminino em muito contribuiu para estas mudanças, mas não de maneira isolada, caracterizando-se como um fator integrante de um conjunto de componentes inscritos num contexto de modernização e profissionalização das Forças Armadas no Brasil e no mundo.

Esperamos que nosso artigo contribua para a elaboração de futuros trabalhos investigativos, cientes de que não se esgota em si mesmo e nem esgota todas as versões da verdade possíveis sobre a dinâmica do processo estudado. E que represente mais um esforço para a preservação da memória da participação feminina na história militar e para a elaboração e gestão de políticas institucionais que contemplem a equidade de gênero.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Custódio J.A. *Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais* – Uma Nova Proposta. Monografia apresentada ao curso C-PEM da Escola de Guerra Naval (EGN). Rio de Janeiro, 1987.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JR, D. Os militares e a política. In: AVELAR, L.; CINTRA A.O. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CAIRE, Raymond. *A mulher militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

CARREIRAS, Helena. Mulheres militares em Portugal (1992-1998): políticas, processos e protagonistas. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999, p. 81-111.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003. Disponível em: <<http://ndu.edu/chds/Journal/PDF/2003/dAraujo.essay.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2007.

FAÉ, Aidê A. Dia internacional da mulher. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1º trimestre, 2005, p. 308.

FIORI, José L. *A nova geopolítica das nações*, 2004. Artigo disponível em: <[http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem148/nova\\_geopolitica\\_das\\_nacoes.3\\_pdf](http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem148/nova_geopolitica_das_nacoes.3_pdf)>. Acesso em: maio 2008.

<sup>15</sup> E também nas polícias militares brasileiras. A incorporação de mulheres na polícia militar do Paraná no final dos anos 70 coadunou-se com o projeto urbanístico de Curitiba denominado de "humanista" (MOREIRA, 2006).

FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 1994.

FONSECA, Maximiano. *Cinco anos na pasta da Marinha*. Brasília, DF, sem ano.

\_\_\_\_\_. *De Taboas à Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1999.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT M. (Org.). *A história das mulheres no Ocidente – Século XX*. São Paulo: Ed. Afrontamento. v. 5, 1991. p. 505-543.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

LINDBLOM, C.E. *O processo de decisão política*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980.

LOPES, Marta J. M. O sexo no hospital. In: LOPES, M.J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

MARQUES JÚNIOR, Hermógenes H. *O Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha*. Monografia apresentada ao Curso de Estado Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, 1982.

MICHILES, Eunice. *Uma mulher no Senado – dois anos de mandato*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

MOREIRA, Rosemeri. Primeiras policiais militares do Paraná: a construção do corpo da mulher-soldado. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*. Florianópolis: UFSC, 2006.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara M. Polícia e gênero: presença feminina nas polícias militares brasileiras. *Boletim de segurança e cidadania*. Rio de Janeiro: UCAM, n. 4, ano 2, 2004.

NIEMEYER, José L. A atual influência do poder militar na América do Sul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2006. Além do fato, Caderno Internacional, p. A29.

ORAZEM, Sylvia C. 20 anos da Mulher Militar na Marinha – lembranças e experiências. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2º trimestre, 2000.

PINTO, Celi Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SEGAL, Mady W. Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada – passado, presente e futuro. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 88, 1999. p. 15-43.

SILVEIRA, Cláudio de C. *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: Educação, Profissão e Pensamento Estratégico (1978-2001)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Campinas. Campinas, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

\_\_\_\_\_. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *Rethinking military politics – Brazil and the Southern Cone*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

VIANA, A.L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1995.